

ANFIP e Funpresp esclarecem previdência complementar do funcionalismo



SÉRGIO LERRER



MÁRCIO GHELLER



DÉCIO LOPES



AMARILDO VIEIRA



RICARDO PENA



FLORIANO JOSÉ

FUNPRES - Alteração de regulamento de planos de benefícios

A Live – Série ANFIP desta semana contou com a participação dos presidentes da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Ricardo Pena, e da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), Amarildo Vieira de Oliveira.

O objetivo do debate virtual, realizado em parceria com a Agência Servidores, foi analisar as alterações no regulamento dos planos de benefícios e esclarecer dúvidas

enviadas pelos associados da ANFIP, que podem aderir tanto à Funpresp-Exe quanto à Funpresp-Jud.

Décio Bruno Lopes, presidente da ANFIP, ressaltou que alteração de planos de benefício é uma questão extremamente sensível e de grande preocupação para os participantes. “É interessante salientar que a Funpresp-Exe administra os dois planos de benefício, do Executivo e do Legislativo, e a Funpresp-Jud administra o plano do Judiciário e do Ministério Público. Após a Emenda Constitucional nº 103/19, a questão da aposentadoria

mudou drasticamente. Por isso, trazemos o debate para que todo mundo tenha conhecimento das novas realidades a partir da EC”.

O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, lembrou que, historicamente, a Associação sempre desenvolveu estudos sobre a Seguridade Social e a Previdência, sendo estes temas presentes em todos os governos do país. “Nosso debate de hoje tem tudo a ver com crises, crises que ocorreram nos últimos cem anos”, ressaltou. **Continua na Próxima Página**

Entidades atuam em conjunto em defesa dos servidores

Página 2

10 medidas tributárias do fisco é tema de debate

Página 5

ANFIP Conectada reúne associados de Goiás

Página 7

Pela Estadual de Santa Catarina, ANFIP-SC, participou o vice-presidente Floriano José Martins, que também integra o Conselho Curador da Fundação ANFIP. Ele chamou atenção para a segurança da aposentadoria especial quando a pessoa faz a migração e para o grupo de servidores que foi nomeado entre os anos de 2004 a 2013, após a EC 41, que trouxe mudanças na aposentadoria do funcionalismo.

Ricardo Pena, presidente da Funpresp-Exe, lembrou que a EC 103 trouxe mudanças importantes e profundas na forma de acesso, nos critérios de idade, tempo de contribuição e das condições especiais dos servidores públicos. “Conseqüentemente, traz efeitos

e impactos para o Regime Complementar, já que eles têm essa vinculação, ou seja, a Funpresp é complementar ao Regime Próprio”.

Pena acrescentou que alteração de regulamento é bastante comum nos planos das empresas privadas e é permitida. “Inclusive, o STF [Supremo Tribunal Federal], em 2014, emitiu uma súmula que garante a possibilidade de ajustar a previdência, ou seja, não existe direito adquirido no plano que está em vigor, é somente no momento em que você vai se aposentar com as regras vigentes”. Ele explica que, nos últimos sete anos, é a terceira alteração de regulamento da Funpresp, sempre no sentido de evoluir e melhorar.

Já o presidente da Funpresp-Jud,

Amarildo Vieira de Oliveira, dentre os assuntos abordados, explicou que o mercado de previdência vive se adequando à realidade. “A gente tem vários brasis dentro do Brasil. Éramos um país, eminentemente, rural e passamos a ser, eminentemente, urbano. Na Previdência Complementar, com o aumento da expectativa de vida, a gente vai se adequando”, disse.

Ele avaliou ainda que, hoje, o servidor público já está mais atento às questões relacionadas à previdência complementar desde o início da carreira, o que não ocorria antigamente. “São muitas questões que a pessoa hoje é chamada para se manifestar”.

O conteúdo completo da Live – Série ANFIP você confere nas plataformas digitais da ANFIP.

Entidades do Fonacate alinham estratégias em defesa dos servidores públicos

As entidades que integram o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entre elas a ANFIP, em reunião na quinta-feira (4/6) debateram mais uma vez ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam a progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos, introduzida pela reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019). Representando a ANFIP, participou do encontro o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. A reunião foi coordenada pelo secretário-geral do Fonacate, Marcelino Rodrigues.

Recentemente, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso negou liminar à ADI da ANFIP e de outras entidades,

alegando que, como não foi verificada, em princípio, a inconstitucionalidade desses dispositivos, eles devem ser considerados “válidos, vigentes e eficazes” até que o STF examine definitivamente a questão, para evitar decisões judiciais discrepantes em outras instâncias do Judiciário.

Na ocasião, Marcelino Rodrigues reafirmou a importância de uma atuação conjunta das entidades que ajuizaram as ADIs. Sugeriu que se reúnam para um trabalho conjunto de contato com outros ministros do Supremo para solicitação de retirada de pauta e de pedido de destaque das ADIs, com o objetivo de evitar que a pauta seja votada em plenário virtual. “Estão fazendo julgamento em plenário virtual de uma questão muito grave para os servidores públicos. São

questões que não podem ser debatidas sem a participação das entidades”, afirmou. O secretário também propôs dar encaminhamento da pauta ao Tribunal Regional Federal (TRF).

Outros itens abordados no encontro foram as alterações nos regimentos e critérios de cálculo do plano de previdência complementar dos servidores públicos, que exclui o aporte inicial no caso de aposentadoria especial e as mudanças nas regras de cálculo nas aposentadorias por invalidez e pensão por morte. O Fonacate e a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), que também é integrante do Fórum, alinharam que será marcada uma reunião com a Funpresp, responsável pelo plano, para discutir as mudanças e encontrar soluções.

<p>Expediente Linha Direta</p>		 <p>ANFIP Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil UNIÃO E TRABALHO!</p>	
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251.8100 Whatsapp: (61) 98289.5150</p> <p>Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedicto Cerqueira Seba</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado</p> <p>ESTAGIÁRIO Manina Rodrigues Thayná Rodrigues</p>		<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedicto Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado</p>
<p> www.instagram.com/anfipnacional</p>	<p> www.facebook.com/anfip.nacional</p>	<p> www.twitter.com/anfipnacional</p>	<p> www.youtube.com/anfipoficial</p>

Em reunião ordinária, CNRPPS apresenta encaminhamentos de projetos

Ocorreu, de forma virtual, na quinta-feira (04/6), a 1ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), conduzida pelo Secretário de Previdência Social e presidente do CNRPPS, Naron Gutierrez Nogueira. A reunião contou com a presença do Conselheiro representante dos participantes do RPPS da União, Décio Bruno Lopes, presidente da ANFIP.

Conforme pauta da reunião, foram tratados os assuntos relacionados a operacionalização da atual situação do Sistema de compensação previdenciária – COMPREV; a discussão e proposta de nova regulamentação da taxa de administração dos RPPS; minutas de novos atos normativos relativos a investimentos; normas gerais dos RPPS; e regulamentação da Lei Complementar nº 173/20, em relação a suspensão de contribuições previdenciárias patronais aos regimes próprios.

Compensação Previdenciária – Comprev

A minuta de portaria que trata da operacionalização e a atual situação do Comprev foi o primeiro tema a ser discutido. Leonardo Motta, coordenador-geral de Normatização e Acompanhamento Legal da Secretaria de Previdência, apresentou as futuras atualizações do sistema único do Comprev.

O coordenador explicou que tanto o INSS, órgão gestor do RGPS, quanto o RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão formalizar termo de adesão junto à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, celebrar contrato com a Dataprev para utilização do sistema de compensação previdenciária destinado a manter atualizado o cadastro de todos os benefícios objeto de compensação financeira, além de apurar o montante a ser compensado.

Leonardo informou, ainda que a plataforma do sistema está sendo definida e que até o dia 31 de dezembro de 2020, o custeio desse sistema será assumido pelo INSS e, a partir de janeiro de 2021, será de responsabilidade de cada regime instituidor. Enquanto isso, o antigo sistema permanece sendo utilizado com o objetivo de não interromper o processo de compensação previdenciária e de evitar possíveis impactos negativos nos pagamentos.



Em relação a esse assunto o Conselheiro Décio Lopes externou a sua preocupação quanto a obrigatoriedade de assinatura desses contratos, cujo custo, aliado a taxas de administração, pode inviabilizar o regime. Asseverou que, para se estabelecer o custo desses contratos, “seria interessante verificar o patrimônio do regime próprio ou fundos garantidores, pois, se isso não for levado em consideração, pode acabar por extinguir o regime próprio e para isso o ambiente de negócios deve ser estudado com cautela, principalmente quando se fala na privatização da Dataprev”. Em resposta, Leonardo considerou que o modelo de custeio e de negócio serão avaliados e considerados pelo Conselho.

Taxa de Administração

No segundo painel, foram discutidas as propostas de nova regulamentação das taxas de administração dos RPPS. O coordenador geral de Auditoria e Contencioso da Secretaria de Previdência, Miguel Chaves, e o presidente da Associação Brasileira das Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM, João Carlos Figueiredo, explanaram sobre essa antiga demanda, principalmente dos RPPS de pequeno e médio portes, observando que é necessário estabelecer limites.

Os debatedores consideram que a Secretaria deve alinhar a base de cálculo da taxa de administração com o valor da base de cálculo das contribuições; definir novos percentuais da taxa de administração incidente sobre a remuneração de contribuição em função do porte; e estabelecer um limite para as despesas administrativas com consultorias, cujo

atendimento será exigido de forma gradual a partir de 2021.

Consultas públicas e regulamentação PLP 39 (Lei Complementar nº 173/20)

Em sequência, o subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social e presidente do CONAPRE, Alex Albert Rodrigues, abordou as minutas de atos em consulta pública em relação a investimentos, parâmetros gerais e regime disciplinar, além da regulamentação da Lei Complementar nº 173/20. Informou que as minutas dos atos normativos, após análise de diversas propostas pontuais e divergentes, serão trabalhadas e compiladas para posterior apresentação aos integrantes do Conselho.

Sobre os temas, Décio Lopes observou que em relação à minuta do decreto que institui o Regime Disciplinar no RPPS “é preciso avaliar a previsão, no texto, de termo de ajustamento de conduta, pois existem situações em que é possível sua emissão sem precisar lavrar o auto da infração. Também há que se considerar que algumas infrações não são passíveis de correção no prazo da fiscalização, mas podem ser corrigidas”. Quanto à suspensão de contribuições dos órgãos públicos aos RPPS prevista na Lei Complementar 173/20, o conselheiro frisou que a Emenda Constitucional nº 103/19 trouxe a possibilidade de contribuição extraordinária quando os planos forem deficitários. Asseverou que eventual déficit causado pela suspensão dessas contribuições não pode ser considerado para a instituição de contribuições extraordinárias. Ao final da reunião, o plenário deliberou a continuidade dos trabalhos para o dia 18 de junho.

Webinários de mobilização dos servidores iniciam neste sábado (6/6)



Em teleconferência conduzida pelo assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, na segunda-feira (1/6), as lideranças que compõem a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público finalizaram as estratégias de realização dos webinários regionais em defesa do funcionalismo. As atividades começam no sábado, 6 de junho, pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Webinários

“O serviço público em tempos de pandemia” será o tema central da pauta

em todo o país com foco nos trabalhos do Congresso Nacional na pós-pandemia, incluindo as reformas Administrativa e Tributária, a revisitação na Reforma da Previdência, além do possível fim do trabalho remoto para algumas categorias.

Os seminários serão transmitidos, ao vivo, a partir de amanhã (6/6) nas plataformas da Frente Parlamentar no YouTube e no Facebook. As apresentações iniciam às 10h no estado de Minas Gerais, em seguida, às 14h em São Paulo, e, por fim, às 16h no Rio de Janeiro. O calendário de debates dos

demais estados será deliberado com o auxílio das centrais sindicais e das confederações nacionais.

Análises do teletrabalho

Pela ANFIP, o vice-presidente Executivo, Marcio Gheller, destacou durante a reunião a preocupação da Entidade com o teletrabalho por parte da composição do Ministério da Economia. “Os Auditores Fiscais passam por situações peculiares, enquanto há casos de fiscalizações externas, no Ministério existem cargos de chefia não remotos, essas questões, por exemplo, devem ser regulamentadas”.

Na mesma linha, o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Ferreira, que também acompanhou o encontro, explicou que o “teletrabalho veio para ficar e as repartições e os servidores devem se adequar ao novo cenário”.

Ainda sobre o tema, Wilson Romero enfatizou que “cada categoria precisa avaliar as condições para execução do trabalho remoto. O trabalhador em casa é muito mais cobrado, tensionado e as entidades e a administração pública precisam estar atentas a isso”.

ANFIP debate combate à corrupção com a FGV



A Escola de Administração de Empresas – SP da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a ONG Transparência Internacional no Brasil, realizou, via internet, na segunda-feira (1/6), o debate “Cenários do Combate à Corrupção no Brasil”, com mediação do professor Mário Spinelli, titular da disciplina “Contabilidade e Auditoria no Setor Público”.

O presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate),

Rudinei Marques, e o diretor Executivo da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão, foram os principais expositores do debate virtual, que contou com dezenas de participantes de todo o país.

Ambos os palestrantes externaram preocupação com as conjunturas socioeconômica e política atuais e com o agravamento das ocorrências envolvendo o conflito entre segmentos da população e as diversas situações de

corrupção que perduram no território nacional, inclusive nas ações de combate à pandemia de Covid-19.

Wilson Romero, assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, também participou do debate, ressaltando sua preocupação com as deficiências nos mecanismos oficiais de controle, que permitem a continuidade de fraudes, como as divulgadas no cadastramento e liberação de mais de 200 mil cotas do auxílio-emergencial a pessoas sem condições de habilitação, como foragidos, militares, servidores públicos e estelionatários em geral e os desvios de recursos públicos, com o superfaturamento de aquisições e obras diretamente relacionadas à atual crise.

Marques e Brandão reconheceram que há muito ainda a ser feito no controle das contas públicas e na consolidação dos mecanismos de transparência hoje disponibilizados, que permitem muitas brechas para que a corrupção continue sendo um sangradouro das verbas em todas as esferas de governo e poderes.

Live apresenta as 10 propostas tributárias emergenciais para enfrentamento aos impactos do coronavírus

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, participou na terça-feira (2/6) de live promovida pela Marine Law Academy, com o objetivo de discutir as 10 medidas tributárias emergenciais para o enfrentamento da crise provocada pela Covid-19, propostas pela ANFIP juntamente com outras entidades representativas dos fiscos federal, estaduais e municipais.

Cesar Roxo explicou que a política de isolamento social que vem sendo imposta por diversos países, inclusive pelo Brasil, como forma de conter o avanço da pandemia, tem provocado retração na atividade econômica o que, por sua vez, tem reduzido a arrecadação de tributos. O especialista pontuou que essa redução da arrecadação, aliada aos gastos extraordinários que o Estado Brasileiro vem fazendo, vai provocar um aumento do déficit fiscal. “Assim, para ajudar a equilibrar as contas públicas, foram propostas as 10 medidas tributárias, sendo três de desoneração (cerca de R\$ 50 bilhões) e 7 de aumento de arrecadação (cerca de R\$ 300 bilhões). Como resultado, um acréscimo de arrecadação de cerca de R\$ 250 bilhões, no ano”.

O vice-presidente disse que, para definir essas medidas, foram identificados os segmentos econômicos e os contribuintes com maior capacidade contributiva, seja em razão do patrimônio, seja porque, apesar da crise, suas atividades e receitas tendem a ser mantidas ou até mesmo incrementadas. Foram identificadas, também, pessoas e empresas com capacidade menor, as quais buscou-se resguardar. O vice-presidente observou que essas são medidas emergenciais que não dispensam a necessidade de ser feita



uma profunda e ampla reforma tributária. Aproveitou a oportunidade para mostrar os livros “A Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas” e a “Reforma Tributária Necessária: Justiça fiscal é Possível”, elaborados pela ANFIP em parceria com a Fenafisco.

Comércio exterior

O coronavírus impactou em diversos setores, mas, em relação ao comércio exterior, o vice-presidente da ANFIP afirmou que “não seria razoável o Estado e as empresas terem ganho cambial em razão da crise. O dólar está muito alto, com isso, dentre as medidas emergenciais também está a utilização do valor da moeda americana referente ao dia 31 de dezembro de 2019 como avaliação do preço da mercadoria. Nesse sentido, as empresas teriam alíquota de 10% sobre a variação cambial”, disse.

Interações

Vários internautas fizeram perguntas. Uma delas foi: “Por que fazer uma reforma tributária?”. Cesar Roxo disse que a principal razão é porque “o nosso sistema tributário é extremamente concentrador de renda; é um sistema regressivo que impõe uma carga tributária cada vez maior ao contribuinte à medida que a sua renda diminui; que deveria ser o contrário, um sistema tributário progressivo, como

ocorre nos países desenvolvidos”.

Dentre as anomalias, destacou a alta participação da tributação sobre o consumo na carga tributária (cerca de 50%) e a isenção de imposto de renda na distribuição de lucros e dividendos, o que só existe no Brasil e na Estônia. Cesar Roxo reforçou que o sistema tributário progressivo é um ótimo instrumento para ajudar a reduzir as desigualdades e alavancar o crescimento econômico. “Foi o que ocorreu nos Estados Unidos depois da crise da bolsa de valores de 1929 e na Europa ocidental do pós-guerra”.

A última pergunta foi: “O que o senhor acha do imposto único? É bom?”. Cesar Roxo disse que depende de onde ele será aplicado. “Pode ser bom em um país onde haja pouca desigualdade. Todavia, no Brasil, onde a desigualdade é imensa, essa forma de tributação seria injusta, pois não é progressiva e não teria a capacidade de servir como instrumento de redução da desigualdade”.

10 Medidas Tributárias Emergenciais

Acesse o site www.10medidastributarias.org.br para conhecer e avaliar cada proposta, de autoria da ANFIP, Fenafisco, Sindifisco Nacional, Unafisco Nacional, Fenafim e Febrafite.

Ieprev avalia novos desafios para advocacia previdenciária

O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), parceiro da ANFIP nos estudos sobre seguro social, realizou na terça-feira (2/6) um debate on-line sobre os “Novos desafios para a advocacia previdenciária – A visão de quem lidera os órgãos decisórios”.

O entrevistado foi o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Rolim, que discutiu a pauta com Roberto de Carvalho Santos, Ana Paula Fernandes, Washington Barbosa e Tiago

Kidrick, diretores do Ieprev. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Romero, acompanhou o evento virtual e avaliou que é de extrema importância a “socialização das ações da Previdência Social”, ressaltando sua importância na vida de mais da metade da população brasileira.

Os diretores do instituto de estudos questionaram sobre as mudanças na legislação previdenciária e as novas dinâmicas adotadas pela autarquia diante do

cenário de crise atual.

Leonardo Rolim abordou os diversos aspectos do atendimento do INSS, que sofreu alterações durante a pandemia, e analisou os efeitos da implementação da Emenda Constitucional nº 103/19, da reforma da Previdência. Segundo ele, o retorno dos atendimentos presenciais no INSS, com agendamentos, está previsto para o dia 22 de junho, respeitadas as orientações de cada localidade.

Reforma Tributária Solidária é vista como uma das saídas para enfrentar a crise no Brasil



que deu de presente essa isenção. “A proposta de Reforma Tributária Solidária é acabar com a isenção de lucros e dividendos. Isso é medida de justiça e de isonomia”, anunciou.

Pela ANFIP, o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Romero, pontuou que apesar de tributação de lucros e dividendos e do próprio Imposto sobre Grandes Fortunas ser discutido há décadas no Brasil, é uma “panaceia que pouco resultará em termos de volume arrecadatário”. “Acho que o caminho passa por reduzir a regressividade dos tributos, incluindo o patrimônio entre os principais fatos geradores, mas com uma dosimetria adequada que não impulse a evasão de capitais e investimentos”, acrescentou.

Assim como Eduardo Moreira, Paulo Gil citou a Reforma Tributária Solidária como uma proposta que não ataca as fontes de financiamento, mas as fortalece e diversifica por meio de medidas eficazes em defesa de um sistema solidário, justo e sustentável para todos.

Inspirados na Reforma Tributária Solidária, e utilizando diversas propostas elaboradas pela ANFIP e Fenafisco, as bancadas do PT, PSOL, PCdoB, PDT e Rede Sustentabilidade elaboraram uma emenda substitutiva à PEC 45/2019, que trata da reforma tributária. Intitulado Reforma Tributária, justa, solidária e sustentável, o documento pode dar à proposta de Emenda à Constituição a justiça que toda a sociedade merece.

Acesse as publicações na página da ANFIP na internet.

Os integrantes do Conselho Executivo da ANFIP acompanharam a live da campanha ‘Você acha justo?’, com o tema “Os muito ricos devem pagar mais impostos?”, realizada na quarta-feira (03/6). O tema se refere ao Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e a tributação sobre lucros e dividendos como uma das saídas para o enfrentamento da crise no Brasil, e sugere a Reforma Tributária Solidária, coordenada pela ANFIP e pela Fenafisco, como forma de melhorar a economia nacional.

O Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, Paulo Gil Introini, foi um dos participantes do debate, juntamente com os economistas Esther Dweck e Eduardo Moreira e o ator Caco Ciocler, e defendeu que a taxação é uma das formas mais eficazes para se retomar o desenvolvimento e combater a desigualdade socioeconômica no país, agravados significativamente pela

pandemia do coronavírus.

Paulo Gil destacou ainda que o Imposto de Renda Pessoa Física é o pilar da arrecadação fiscal, especialmente nos países desenvolvidos que construíram um Estado de bem-estar social. No Brasil, segundo ele, o IRPF, para quem ganha acima de 320 salários mínimos por mês, que são empresários que recebem lucros e dividendos e não são tributados, pagam uma alíquota efetiva média de 2%. “Quando se calcula a taxa efetiva do IRPF, ela atinge o máximo de 15% de alíquota média e depois cai. Os mais ricos pagam menos. O peso do IRPF na Dinamarca é metade da arrecadação fiscal deles. No Brasil é de 4%. Essa é a fratura exposta da tributação brasileira”, disse. Paulo Gil acredita ainda que a isenção da tributação sobre lucros e dividendos foi o “golpe do século”. Conforme relatou, aconteceu uma reforma tributária neoliberal a partir de 1995, quando assumiu Fernando Henrique Cardoso,

Jurídico informa mudanças no setor



A Vice-presidência de Assuntos Jurídicos informa que, devido a uma reestruturação do setor para aperfeiçoar a prestação de serviços aos associados,

foi contratado, na última terça-feira (02/6), o advogado Rodrigo Cartafina, que passa a conduzir e acompanhar os trabalhos jurídicos da entidade.

O advogado possui 11 anos de experiência com as ações dos Auditores Fiscais egressos da Secretaria da Receita Previdenciária e é especialista em Direito Público.

O setor passará por mudanças na rotina de gestão dos processos judiciais e acompanhamento dos trabalhos dos escritórios prestadores de serviço no intuito de desembaraçar percalços judiciais e prestar um trabalho de excelência para os associados.

ANFIP Conectada leva informações a associados de Goiás

Foi realizada nesta quinta-feira (4/6) a ANFIP Conectada, série de reuniões que a Entidade promove com seus associados nos estados. Goiás foi a primeira a receber o projeto, que, em decorrência da crise sanitária enfrentada pelo país, foi realizado via plataforma digital. Num ambiente virtual onde a cordialidade prevaleceu, associados tiraram dúvidas quanto aos processos em andamento na Associação.

O presidente Décio Bruno Lopes explicou que a nova fase de reuniões que se inicia, via on-line, também é uma oportunidade de aproximação. “Os anseios que são de vocês são os nossos anseios. Também somos associados. Estamos fazendo o máximo para que todos recebam seus direitos”, afirmou.

O presidente também fez um resumo das principais ações implementadas desde o início da gestão, especialmente em relação ao jurídico, prestação de serviços, financeiro, melhorias na comunicação, revisão de contratos, ambiente de trabalho. Também apresentou as ações realizadas no Congresso Nacional, no Conselho Nacional de Regimes Próprios de Previdência, do qual a ANFIP é integrante, e em outras frentes de defesa dos servidores públicos, como o Fonacate.

A reunião, conduzida pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, contou ainda com a presença dos demais conselheiros da Entidade, entre eles o vice-presidente Crésio Pereira de Freitas (Assuntos da Seguridade Social), que é de Goiânia e deu as boas-vindas aos participantes, assim como do presidente da ANFIP-GO, Carlos José de Castro, que também esteve à frente do planejamento do encontro.

Jurídico – A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, explicou que são inúmeros os processos que tramitam em nome dos associados, por meio de escritórios de advocacia. Informou ainda que o setor passa por uma reestruturação para aperfeiçoar a prestação de serviços aos associados. Neste sentido, foi contratado o advogado Rodrigo Cartafina, que passa a conduzir e acompanhar os trabalhos jurídicos na ANFIP.



Farág Advogados Associados

– O advogado Felipe Vieira Teixeira apresentou as ações que estão sob condução do escritório, como julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona as alíquotas progressivas implementadas a partir da reforma da Previdência (EC 103/19). Os advogados preparam a sustentação oral, já que o pedido de liminar foi pautado para julgamento no dia 19 de junho.

Vieira também falou das ações de anuênios e do Pasep. Sobre os **anuênios**, a expectativa é que comecem a ter sentenças num curto prazo. AANFIP tem acesso a um sistema integrado e poderá acompanhar o andamento, conforme observou o advogado. A ação tem, como objeto, o pedido da reimplantação da rubrica dos anuênios, retirada quando da implementação do subsídio pela Lei 11.890/08. Com o retorno do pagamento por meio do vencimento básico, em 2017, o subsídio foi extinto dos contracheques dos associados, mas os anuênios não estão sendo pagos.

Quanto ao **Pasep**, como os tribunais começaram a reformar as sentenças sobre o assunto indicando que haveria erro de cálculo do polo passivo, a ANFIP, por meio de um escritório de contabilidade, está fazendo os cálculos de correção. Assim que concluído, será dado prosseguimento ao primeiro lote. Além disso, havia a indicação do Banco do Brasil no polo passivo e os tribunais estaduais começaram a indicar que a legitimidade passiva era da União Federal. Vieira explicou que está ajustando esse detalhe, pois, se

confirmada que a União deverá figurar no polo passivo, as ações deverão ser propostas na Justiça Federal. Têm direito à ação do Pasep aqueles que já eram servidores antes de 1988 e que realizaram o levantamento dos valores nos últimos 5 (cinco) anos.

Bônus de Eficiência – Sobre as situações em que aposentados tiveram descontado o Bônus de Eficiência, Vieira informou que os casos são pontuais e que estão sendo resolvidos de forma individual. “Estamos fazendo a verificação de quem já recebeu administrativamente. A Cogep tem que responder essa informação para a medida judicial seguir. Já tivemos êxito em casos individuais”, disse, sugerindo que o associado que se enquadre nesse quesito manifeste à Entidade para que a medida seja adotada.

Innocenti Advogados Associados

– A advogada Gabriela Valêncio explicou que o processo da **Gifa** está adiantado perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). São quase duzentas execuções. Foi feita a análise de admissibilidade dos recursos especiais, que resultou em 163 agravos por parte da ANFIP. Os agravos tiveram êxito para que os recursos especiais fossem devidamente processados pelo Superior Tribunal de Justiça e as decisões foram publicadas no final de janeiro. Segundo a advogada, em decorrência da pandemia, o Conselho Nacional de Justiça suspendeu a tramitação de todos os processos físicos até 15 de junho, com possibilidade de prorrogação. **Continua na Próxima Página**

“Em março os tribunais fecharam e não voltaram. As execuções tramitam de forma física. Não temos possibilidade de acesso aos autos. Havendo a normalização, iremos solicitar prioridade na remessa ao STJ. A execução está adiantada, apesar de algumas discussões pendentes, mas acredito que conseguiremos um bom desfecho no STJ, já que o recurso foi admitido no TRF”, garantiu Gabriela Valêncio.

Quanto às desistências dos associados de Goiás, já que alguns ingressaram com a mesma ação pela ANFIP-GO, o advogado responsável está protocolando as desistências em Brasília. Aqueles que não entregaram o pedido de desistência do processo de Brasília, devem procurar a Secretaria da ANFIP-GO para preencher o formulário.

Mota & Advogados Associados – Sobre o processo dos **28,86%**, a advogada Priscila Abritta informou que grande parte transitou em julgado ainda em 2018. Agora, o escritório acelera o trabalho para conseguir o valor incontroverso dessas execuções. O detalhe desta ação é que são 230 execuções desmembradas. “Não temos um único processo. Isso implica na multiplicidade de recurso e execuções em fases diferentes. Uns mais adiantados que outros”, disse. A meta, conforme frisou, era fazer com que os valores incontroversos fossem expedidos, mas, com a pandemia e por serem processos físicos, a maioria dos processos está suspensa. “Temos 230 execuções, dessas, 90 ainda estão na 5ª Vara, ou seja, não tiveram sentença ou tiveram embargos de declaração; 49 estão no TRF, ou ainda não tiveram apelação julgada ou tiveram e estão com embargos de declaração pendentes; 60 estão na vice-presidência para fazer juízo de admissibilidade dos recursos da ANFIP e do INSS; e temos 34 que transitaram em julgado. Assim que a

Justiça voltar a ideia é que tenhamos a expedição de precatório”, resumiu.

Com relação aos 90 processos que não tiveram sentença ou não foram para o TRF, a tendência, segundo explicou Priscila, é que seja feito um acordo. O escritório está em tratativa com a Advocacia Geral da União (AGU). “A notícia ruim é que a AGU não está com pressa para elaborar os acordos, especialmente agora com a pandemia. Entendo que, para esses 90 processos da 5ª Vara, o acordo é importante para que os associados recebam os valores, pois é um processo demorado e queremos que o associado receba em vida”, disse, reforçando que, para esses casos, o acordo pode ser uma solução. Aos demais processos, principalmente os 34 que transitaram em julgado e aos que já se encontram perante o Tribunal, que estão perto de transitar em julgado, não se fala em acordo. Priscila afirmou que, com a suspensão do andamento dos processos, todas as metas planejadas ficaram prejudicadas. “Assim que a Justiça retomar o funcionamento normal, podemos dar andamento, independente de acordo”, enfatizou.

Sobre as execuções dos 3,17%, a advogada informou que estão correndo bem e as requisições estão sendo expedidas.

GAT – O processo da GAT está aguardando as análises das petições apresentadas pela ANFIP, solicitando que o processo seja julgado pelo colegiado do Tribunal, tendo em vista que a relatora abriu a possibilidade de um voto ser dado do gabinete. Isso porque o recurso apresentado pela ANFIP à sentença de primeira instância ficou sem um dos votos dos integrantes do colegiado. Porém, para a Entidade, o julgamento deve ser colegiado, não podendo ser dado voto de gabinete. “Estamos aguardando essas análises”, disse Priscila.

Sobre a **G DAT**, a vice-presidente Maria Beatriz informou que o advogado Aldir Passarinho está aguardando que o processo chegue ao Superior Tribunal de Justiça para tentar desbloquear os valores, uma vez que eles estão bloqueados por decisão do TRF1 e as solicitações a este tribunal são inócuas. A União alegou durante o processo que se os valores fossem pagos causaria prejuízo à União e, por isso, tentava alterar o cálculo utilizando um índice menor. Além disso, a União não quer que a G DAT incida sobre os 20% daqueles que se aposentaram pelo regime jurídico único. “A questão é que houve o julgamento de apelação, com a determinação do bloqueio. Teve interposição de recurso especial pela ANFIP e procuradoria do INSS, que não foram admitidos. Houve agravos em recurso especial e o processo vai para o STJ. Quando o processo chegar lá, depois da pandemia, vamos marcar reunião com o ministro relator e entrar com petição para pedir os desbloqueios”, afirmou Rodrigo Cartafina. Porém, alertou que essa situação vai persistir enquanto o CNJ não liberar o trâmite dos processos físicos.

Serviços Assistenciais – Na oportunidade, o vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, destacou aos associados de Goiás que a ANFIP oferece diversos serviços e vantagens, tanto com o plano de saúde quanto com a plataforma de benefícios, com centenas de estabelecimentos e produtos com descontos exclusivos para os associados.

A ANFIP Conectada continua nos próximos meses, quando a Entidade levará informações para cada estado, atuando com transparência para que todos os associados acompanhem de perto as ações em andamento.

ANFIP presta homenagem ao centenário do colega Emerson Fernandes Daniel

Os colegas Auditores Fiscais do Rio Grande do Norte celebram no dia 1º de junho, com alegria, o centenário do colega Emerson Fernandes Daniel. O aniversariante é unanimidade entre os colegas de seu Estado, como exemplo de luta, honradez e paciência,

além de ter semeado ao longo de sua jornada de vida os bons frutos da amizade em seu meio.

Apesar de ter exercido com competência e eficiência os mais relevantes cargos nas áreas de Arrecadação e Fiscalização do RN,

desde o tempo do antigo IAPC, Emerson manteve como característica, extrema amabilidade no trato com os colegas. A ANFIP se junta a todos os amigos do RN nesta bela homenagem e deseja ao colega Emerson muitas felicidades em sua vida!

BENEFÍCIOS

Unimed oferece canal de atendimento sobre a Covid-19



Pensando no melhor cuidado com os associados e clientes, a Benevix, administradora do plano de saúde Unimed Vitória/ANFIP, criou um canal de atendimento exclusivo para tirar dúvidas e receber orientações de profissionais de saúde sobre o coronavírus. O número é **0800 026 0080** e o atendimento é 24 horas.

A Unimed orienta que é fundamental que o associado ligue antes de procurar um hospital da rede credenciada. O setor de Serviços Assistenciais da ANFIP também está à disposição para ajudar nas informações para os associados ligados ao plano de saúde. Entre em contato pelo e-mail assistenciais@anfip.org.br

Parceira da ANFIP libera cursos virtuais gratuitos



A Cruzeiro do Sul Educacional, parceira do Clube de Vantagens ANFIP, disponibilizou novos cursos em sua

plataforma virtual. São diversas áreas de ensino, com cargas entre 30 e 40 horas, além da certificação.

Um novo idioma com aulas on-line e desconto de até 20%



Na Alura Língua, parceira do Clube de Vantagens ANFIP, você aprende e aprimora seu inglês e espanhol de forma totalmente on-line. Conta ainda com desconto de até 20% nos planos com pagamento anual ou semestral.

Aproveite as condições promocionais de pagamento e matricule-se já! O acesso ao desconto deve ser feito por meio da plataforma de benefícios: anfip.temvantagens.com.br

Aproveite as ofertas no seu convênio farmácia



A parceira da ANFIP, Drogaria Pacheco, tem os melhores descontos para os associados. Na Pacheco você encontra medicamentos, genéricos, perfumaria e itens de higiene pessoal. São inúmeros

produtos em oferta na campanha do “Mês da prevenção e cuidados” da drogaria.

Para obter o desconto, apresente no Caixa o número de seu CPF (Cadastro de Pessoa Física).

Coronavírus: medidas de combate e prevenção devem ser mantidas



Diante do atual cenário de Emergência em Saúde Pública, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, que provoca a doença Covid-19, o Brasil segue adotando medidas e ações recomendadas pelo Ministério da Saúde.

Neste momento, é importante que cada cidadão atue com tranquilidade e responsabilidade de maneira a prevenir e conter o avanço da transmissão da doença. Portanto, é imprescindível a

adoção de ações preventivas diárias:

- Lavar frequentemente as mãos com água e sabão (qualquer tipo).
- Alternativamente, higienizar as mãos com álcool em gel.
- Cobrir com lenço de papel o nariz e a boca ao espirrar ou tossir.
- Evitar tocar o rosto com as mãos não lavadas, principalmente olhos, boca e nariz.
- Evitar aglomerações, dando preferência à realização de reuniões virtuais.
- Manter os ambientes bem ventilados.
- Não compartilhar objetos pessoais.
- Buscar o serviço de saúde, quando apresentar sintomas compatíveis com a Covid-19, como

febre, tosse e/ou dificuldade para respirar.

Canais de informação

Para mais detalhes sobre as recomendações acima e outras informações relacionadas à Covid-19, acesse o site do Ministério da Saúde ou baixe o aplicativo Coronavírus – SUS, disponível nos sistemas iOS e Android.

Também com o objetivo de alertar e esclarecer a população sobre as fake news – notícias falsas – que são disseminadas sobre o tema, foi disponibilizado um número de WhatsApp para envio de mensagens da população para que sejam apuradas pelas áreas técnicas do Ministério da Saúde, que respondem oficialmente se são verdade ou mentira. O número é (61) 99289-4640.

Previdência complementar do serviço público é o tema da Live – Série ANFIP de quarta-feira (10)

LIVE Série ANFIP

Previdência Complementar do Serviço Público à luz da Reforma da Previdência

Lucio Rodrigues Capelletto
Diretor-Superintendente da PREVIC

Décio Bruno Lopes
Presidente da ANFIP

Paulo Fontoura Valle
Subsecretário do Regime de Previdência Complementar

Luis Ricardo Marcondes Martins
Presidente da ABRAPP

Floriano José Martins
VP - ANFIP -SC
Membro Cons. Curador
Fundação ANFIP

10/6 QUARTA 10h

f You /anfp /agenciaservidores

Na próxima quarta-feira (10/6), às 10 horas, a ANFIP realiza mais uma rodada de debates da série de lives transmitidas pelas redes sociais. Desta vez, a pauta é “Previdência Complementar do Serviço Público à luz da Reforma da Previdência”.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, recebe o diretor-superintendente da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), Lucio Rodrigues Capelletto; o presidente da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), Luis Ricardo Marcondes Martins; e o subsecretário do Regime de Previdência Complementar da Abrapp, Paulo Fontoura Valle. O presidente da ANFIP-SC e membro do Conselho Curador da Fundação ANFIP, Floriano José Martins, também participa dos debates.

Realizado em parceria com a Agência Servidores, a Live – Série ANFIP é realizada todas as quartas-feiras, às 10 horas, pelo canal oficial da Entidade no [Facebook](#) e no [Youtube](#), assim como nas redes da Agência Servidores. Acesse! Compartilhe!

FIXAS

Espaço para Histórias Fiscais tem conto novo toda semana

Para resgatar a memória cultura da Entidade, publicamos semanalmente Histórias Fiscais reunidas, originariamente, em duas publicações lançadas na década de 1990: “Fiscalização Previdenciária – Uma viagem através do tempo”,

com 143 contos escritos por colegas de todo país, resultado do I Concurso Nacional de Histórias Fiscais, lançado em 1991, e o Histórias Fiscais II, de 1994, com 109 contos narrando passagens e experiências vividas no dia-a-dia da

fiscalização, resultado de concurso realizado em 1993.

Confira na editoria Histórias Fiscais, em www.anfip.org.br, os contos de nossas publicações. Conheça também a história da qual você faz parte! Boa Leitura!

Podcast ANFIP apresenta informações em áudio

Confira no Podcast ANFIP, tanto na página da Entidade na internet quanto no Soundcloud, os principais debates promovidos pela ANFIP nas

redes sociais. As lives da Série ANFIP também podem ser conferidas em áudio. Ouça! Compartilhe!

Como acessar: digite soundcloud.com

e, em busca, digitar ANFIP. O canal da Entidade é o primeiro da lista. Basta seguir nosso canal e conferir os áudios disponíveis.